ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO VELHO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA - SEMFAZ
ACÓRDÃO N°. 012/2021/CRF/PMPV

ACÓRDÃO N°. 012/2021/CRF/PMPV

SESSÃO ORDINÁRIA N°	014/2021/CRF/PMPV
RECURSO VOLUNTÁRIO E DE OFÍCIO N°	003/CRF/2021
AUTO DE INFRAÇÃO N°	05970
RECORRENTE	INSTITUTO JOÃO NEÓRICO
RECORRIDO	MUNICÍPIO DE PORTO VELHO
PROCESSO N°	06.12383-000/2015
CNPJ/MF N°	08.155.411/0001-68
VALOR ORIGINÁRIO (R\$)	R\$. 34.243,20 (TRINTA E QUATRO MIL DUZENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E VINTE CENTAVOS).

EMENTA: PROCESSO ADMINISTRATIVO-TRIBUTÁRIO. ISSQN. OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. DEIXAR DE APRESENTAR/POSSUIR LIVRO DE REGISTRO DE SERVIÇOS TOMADOS – LRST. DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO LEGAL. OCORRÊNCIA. 1. Os contribuintes, inclusive os que gozem de imunidade ou de isenção, que participem de operações relacionadas, direta ou indiretamente, com a prestação de serviços, ainda que em potencial, estão obrigados, salvo normas em contrário, ao cumprimento das obrigações previstas na legislação tributária municipal. 2. A existência de obrigatoriedade prevista na legislação tributária municipal sujeitará todos os contribuintes do imposto ao seu cumprimento, salvo a existência de Regime Especial previamente autorizado pelo Fisco Municipal. Em conformidade com o disposto no art. 59, da Lei Complementar n°. 369/2009 c/c art. 90, § 1º, VIII, e art. 127, do Decreto n°. 12.462/2011, cuja penalidade é definida pelo art. 79 da Lei Complementar n°. 369/2009, com aplicação do art. 106, inciso II, alínea “c”, do CTN.

Recurso de Ofício conhecido e provido parcialmente e Recurso Voluntário Conhecido e Improvido...

(...) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, decidem os membros do Egrégio Conselho de Recursos Fiscais, por unanimidade de votos dos presentes (4 X 0), nos termos do voto do Conselheiro Relator Orlando Melo de Carvalho, que faz parte da presente decisão, conforme consta na Ata da 14ª Sessão Ordinária/2021, nos seguintes termos: “(...) *Conhecer do Recurso Voluntário, para, no mérito, declará-lo improvido, e quanto ao Recurso de Ofício, dar-lhe parcial provimento, no sentido de manter inalterada a decisão de primeira instância, quanto aos fundamentos, que reconheceu o crédito tributário constituído por meio do Auto de Infração n° 05970, todavia, retificando o seu valor para R\$ 3.542,40 (três mil quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), em face da adequação ao valor da UPF vigente à data da autuação e da aplicação do princípio da retroatividade da lei mais benéfica, nos termos do art. 106, II, “c”, do CTN, por deixar de possuir Livros de Registro de Serviços Tomados, no período de outubro de 2010 a dezembro de 2014. Valor este que deverá ser atualizado na ocasião do seu pagamento*”. Data da conclusão do Julgamento, 05/10/2021.

Valor do crédito tributário reconhecido na Decisão do CRF/PMPV e devido na data da autuação correspondia a R\$. 3.542,40 (três mil quinhentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos), devendo este

valor ser atualizado para a data da efetivação do pagamento.

CRF, Sala Virtual de Julgamento, **Sessão Ordinária n.º. 014/2021.**

ANA CRISTINA CORDEIRO DA SILVA
Presidente do CRF/PMPV

ORLANDO MELO DE CARVALHO
Conselheiro – Relator

ARI CARVALHO DOS SANTOS
Rep. da SEMFAZ no CRF

Publicado por:
Fernanda Santos Julio
Código Identificador:146836A0

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia no dia 10/11/2021. Edição 3089
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/arom/>